

ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito para falar é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com pesar gostaria de registrar, nesta manhã, o passamento do pastor Pedro Monteiro, que era presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em Içara. Uma liderança incontestante do sul do estado que também fazia parte da convenção da Assembleia de Deus e que nos deixou nesta

madrugada. E registro aqui os sentimentos à família e à Assembleia de Deus do município de Içara.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro.

Agora, sim, com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos acompanha pelos nossos meios de comunicação. Gostaria de saudar todos os srs. prefeitos que estão nas galerias da Casa em nome do prefeito de Brusque, sr. Roberto Prudêncio Neto; do prefeito de Guabiruba, Matias Kohler; e do sr. José Luiz Colombi, o Nene, prefeito de Botuverá, que ontem estiveram aqui na capital fazendo visitas à secretaria de Desenvolvimento Sustentável, à Celesc e ao comandante-geral da Polícia Militar, acompanhados por uma delegação de empresários, presidentes de sindicatos e de associações empresariais para reivindicar recursos e projetos à nossa região de Brusque, que hoje tem mais de 200 mil habitantes, e várias outras reivindicações que são fundamentais.

Nós entendemos que o governo do estado, principalmente nesse primeiro semestre, teve que dar um *break* de arrumação, até para ver como evolui a arrecadação. Mas existem tanto na minha região quanto nas demais regionais de Santa Catarina, vários projetos encaminhados e aprovados que precisam acontecer e agora vemos que já estão acontecendo, como a recuperação de rodovias, a construção da duplicação da rodovia, a exemplo da SC-486 na regional de Brusque; a recuperação da SC-410, que está iniciando, pelo menos.

Queríamos destacar que Brusque e toda região foi o Berço da Fiação Catarinense - e hoje ainda somos -, mas agora é capital nacional da pronta entrega justamente pelo grande número de confecções, a maior parte de tecidos, evidentemente. Mas além do setor têxtil, temos ainda o metal mecânico, com destaque muito grande à empresa Irmãos Fischer que produz equipamentos e

casas de aço, que estão sendo distribuídas em estados do Brasil e muitos países da América do Sul.

Então, a nossa indústria metal mecânica é muito pujante como são também outros setores do entorno, a exemplo da indústria calçadista, em São João Batista; de cerâmica, que atende principalmente a região de Tijucas e Canelinha; Nova Trento, que se destaca pelo turismo religioso; e Major Gercino, que hoje tem várias pequenas centrais de geração elétrica, as chamadas PCHs, que geram um volume grande de energia elétrica para atender a região e o estado de Santa Catarina.

Precisamos ter um centro de tecnologia para que a nossa indústria, a nossa confecção, as nossas atividades, tenham tecnologia de ponta para atender a sociedade, o consumidor, com um produto bom e que seja, evidentemente, competitivo.

O governo do estado está construindo agora 13 centros de tecnologia no estado, como Joinville, Itajaí, Blumenau, Lages, Chapecó, Criciúma, Tubarão e Brusque, que conseguimos contemplar quando o secretário de Desenvolvimento Sustentável era o deputado Paulinho Bornhausen. Eram dez municípios, depois passou para 11, para 12 e chegamos até 13. Conseguimos, então, que Brusque também fosse agraciada pela importância econômica que tem para o estado de Santa Catarina.

Brusque é uma das dez ou 11 cidades de maior atividade socioeconômica. Naturalmente, precisamos muito usar toda a tecnologia disponível para, como disse, manter a qualidade, a competitividade e o preço, pois na região temos um grande número de empreendedores. Então, temos tudo para, de fato, continuar o desenvolvimento, continuar contribuindo com a economia de Santa Catarina, que é singular no Brasil.

Por isso, quero agradecer muito ao secretário Carlos Chiodini, secretário do Desenvolvimento Sustentável, que nos assegurou que dentro de 15 ou 20 dias, estará em Brusque, levando a contrapartida do estado, em torno de R\$ 2 milhões.

E ainda existe uma parte do governo federal, que é em torno de R\$ 3,5 milhões.

Será construído lá um grande complexo de mais de R\$ 5 milhões, que depois será administrado por um conselho, e este conselho será formado pelo poder público, que é formado pelos prefeitos e Câmaras de Vereadores, pelas universidades, que temos várias, entre elas a Unifebe a Uniasselvi, Faculdade São Luiz, entre outras. E o terceiro setor seria o produtivo, esse grande conselho formado, por esse tripé político, digamos, acadêmicos das universidades e a parte de produção, que vai administrar esse centro de tecnologia para conseguir, de fato, atender uma demanda que é muito importante.

E vejo que estamos próximos, já temos o terreno, inclusive surgiu agora uma dificuldade: duas entidades querem dar o terreno. Uma é a Ampe - Associação de Micro e Pequenas Empresas -, que já tem o terreno adequado para isso; e a outra é a Unifebe, uma universidade do sistema Acafe, que também é bem localizada e já tem o terreno.

E vejo que tanto um quanto o outro são locais extraordinários, mas pelas opiniões de alguns líderes empresariais, de prefeitos, de vereadores e das universidades, a tendência maior é que seja implantado na Unifebe, justamente por ser a universidade um local de todos.

Além disso, temos uma necessidade muito grande em Brusque, que é questão da energia elétrica. Brusque cresce muito e estão indo para lá várias empresas de médio porte, dois novos *shoppings* grandes, temos mais de 150 prédios sendo construídos, além de inúmeras casas e pequenos empreendimentos das micro e pequenas empresas que vão surgindo. Tudo isso consome, evidentemente, energia. E a que temos agora é a mesma de dez anos atrás, ou seja, as subestações de distribuição, que são duas, não estão resolvendo. Precisamos urgentemente de mais uma!

Ontem, os prefeitos da região, juntamente com o empresariado, estiveram na Celesc, para assegurar que, em pouco tempo essas lideranças, juntamente com a Celesc, encontrarão um terreno

que seja tecnicamente adequado, com um custo possível, para implantar essa terceira subestação e atender toda a grande região, que tem um grande desenvolvimento, mas o fornecimento de energia não é suficiente para atender a demanda, impedindo, com isso, o desenvolvimento econômico da região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Esta semana também estive na Celesc. Essa questão da energia é um pouquinho mais preocupante do que nós imaginamos.

A Celesc hoje está com o sistema de cabeamento de transmissão de energia sucateado e um dos maiores problemas relatados pelo diretor de Geração, o ex-deputado Ênio Branco, relatava-me que a uma das maiores dificuldades hoje é exatamente levar, a transmissão. Muitas hidroelétricas hoje estão com problemas porque não há cabeamento suficiente e isso tem encarecido muito as hidrelétricas. Então, vou voltar a conversar sobre isso, mas precisamos fazer uma força-tarefa para não precisarmos, no futuro, sofrer com apagões. Muito bom o assunto, acho que esse Parlamento realmente tem que se preocupar com este tema.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, queria saudar meus amigos de Campo Erê, o vereador Chiquinho, que foi presidente da Câmara de Vereadores e prefeito; o presidente do PSD, o Kosteski, o nosso despachante do município, enfim, todas as lideranças que estão assistindo e acompanhando esta sessão.

Ontem, mostrei um vídeo aqui no plenário a respeito da situação da BR-282 no oeste do estado, que é de calamidade pública. E para exemplificar, hoje recebi o jornal *Folha do Oeste*, que é da região, que traz a seguinte frase: "Só o que não falta são os buracos." Com fotos aqui mostrando as verdadeiras crateras que se abriram na BR-282, que

tornam, hoje, a economia da região bastante prejudicada em razão desta questão das rodovias.

Nós já fizemos ofícios, apresentamos moção nesta Casa e também fizemos esse vídeo para chamar a atenção para o problema. O vídeo teve quase 50 mil visualizações pela importância e preocupação da população com essa questão. O pessoal de Campo Erê aqui presente sabe do que estou falando. Os deputados do oeste sabem a situação da BR-282, no trecho de Ponte Serrada a São Miguel d'Oeste, que passa por Xanxerê e Xaxim, e também da BR-163 e da BR-158.

Quero registrar que ontem o superintendente do DNIT ligou dizendo que estava retornando de Brasília e que já há uma empresa vencedora das licitações para fazer a recuperação das mesmas. Segundo ele, de imediato, a empresa colocaria três equipes para fazer a recuperação, uma operação tapa-buracos emergencial, apenas em pontos críticos, e depois iria fazer o recapeamento, a sinalização, a limpeza.

Ficamos felizes em saber que o DNIT, que o governo federal como um todo, está tomando providências. Segundo ele, essa empresa colocará três equipes para fazer a operação tapa-buracos, o emergencial, e depois fará a recuperação e o recapeamento.

Hoje haverá uma reunião com a empresa Sulcatarinense, que é responsável por aquela obra de 70km até Dionísio Cerqueira e que vai fazer as últimas tratativas para voltar a executar o trecho que está paralisado desde o mês de dezembro.

Criticamos quando é preciso e vamos acompanhar o andamento. Na próxima semana teremos as reuniões do Orçamento Regionalizado, no oeste, vamos passar pelas rodovias e veremos se efetivamente as equipes estarão fazendo a operação tapa-buracos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Maurício Eskudlark, quero parabenizá-lo e acrescentar um ingrediente que já tenho falado há algum tempo.

Se sairmos de Florianópolis pela BR-282, indo para o extremo oeste, o começo da rodovia está normalmente bom, permanentemente em reparos, mas quanto mais vamos para o oeste as condições da rodovia vão ficando pior. Chegando a Irani ainda está razoável, mais dali em diante vai piorando e, passando de Chapecó piora ainda mais. Isso não é de hoje, mas nos últimos anos piorou muito. Não sei por que o DNIT faz uma manutenção melhor apenas num trecho. Pediríamos, então, que a manutenção da rodovia no oeste fosse no mínimo igual a que é feita nos trechos próximos daqui.

A situação da BR-282 é vergonhosa e espero que o DNIT reveja a fórmula que tem usado em que a mesma rodovia até uma altura tem uma conservação, até boa, mas depois vai ficando ruim até chegar numa situação lastimável, como ocorre no extremo oeste.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado pela importante exposição, deputado Neodi Saretta.

Segundo o superintendente do DNIT a empresa responsável tem um prazo de dois anos para fazer a manutenção. Às vezes, o administrador público, até pela alternância de poder, não vê isso, mas quando falta um ano para vencer o contrato já deveria começar a ser feita uma nova licitação, não adianta esperar vencer porque será um processo muito demorado. O administrador tem que ter essa visão, essa preparação.

Então, fico contente com a resposta do superintendente. Vamos todos ficar muito mais felizes em ver que as obras estão acontecendo, pois vemos muitos buracos como esses aqui que nos mostramos há pouco e que são uma constante nas rodovias do estado. Está difícil fazer aquele último trajeto da BR-282, pois a cada 100km vemos vários motoristas, cinco, sete ou dez na beira da estrada trocando pneus.

Também penso que nessa questão há muita falta de visão administrativa, pois daqui a Lages, a Campos Novos, a situação é boa; depois, vai piorando, e há um trecho de São Miguel d'Oeste a Paraíso, na fronteira com a Argentina, uma rodovia

nova, que está passando por uma operação de recuperação. Quer dizer, onde não precisa terá uma recuperação e onde precisa não. Mas estamos acompanhando e sabemos da preocupação do superintendente do DNIT, que é de Chapecó e conhece bem a região. Foi engenheiro do referido órgão por muitos anos e tem todas as condições para cuidar com atenção de todo o estado de Santa Catarina, mas neste momento, diante da necessidade, há de se dar uma atenção especial para o extremo oeste, às BRs-282, 163 e 158.

E para finalizar, quero dizer que participei na Univali, em Biguaçu, do programa *Fala Jovem*, conduzido pelo Arão Josino e produzido pela equipe da TVAL, uma equipe competente, do debate foi sobre a solução de conflitos pelo Poder Judiciário. Esteve presente o dr. Valter Túlio Amado Ribeiro, que é o juiz do Trabalho da 2ª Vara aqui em Florianópolis, uma pessoa com muito conhecimento, com muita prudência e que deu uma aula para os alunos de Direito.

Portanto, queria fazer esse registro e dar os parabéns à TVAL que leva as nossas ações e trabalhos até a população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado Maurício Eskudlark, a situação das nossas rodovias, principalmente da BR-282, não é mais possível suportar. Acho que é o momento de os governos federal e estadual começarem a repensar as parcerias para que as coisas possam sair desse blá-blá-blá que já estão há tempo. O pior é que quem está pagando o pato são as pessoas que necessitam trafegar nas BRs e nas SCs pelo estado de Santa Catarina.

Tenho ido muito ao oeste catarinense e as colocações do deputado Neodi Saretta foram muito pertinentes. Tem que haver um critério, mas parece que não há. Tem um trecho da BR que tem cuidados e outros não. É um negócio sem um formato padrão, isso é bem verdade, mas acreditamos que rapidamente isso pode sair do papel e vir para a prática.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, a respeito deste assunto tão importante gostaria de dizer que ontem tive o privilégio de participar, juntamente com diversos colegas deputados, de uma audiência com o governador do estado. E uma informação que eu acho muito importante trazer aqui é que o governo do estado está descentralizando recursos para que as SDRs efetuem o serviço de conservação das rodovias, como roçadas, recuperação para a melhoria de situações emergenciais. E como secretário Regional que fui, penso que é uma medida sábia, inteligente e oportuna. O secretário evidentemente tem mais condições de cuidar do seu pedaço.

Seguindo a filosofia do nosso saudoso Luiz Henrique da Silveira, é um serviço que vai ser descentralizado, que em minha opinião, será muito eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Obrigado, deputado Natalino.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da TVAL, querida Rádio Alesc Digital.

Em uma parceria com a câmara de vereadores do município de Criciúma, desencadeou o processo da TVAL, que vem difundindo, levando valores a uma gama maior ainda da sociedade do que realmente acontece aqui no Parlamento de Santa Catarina.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, meu amigo líder do governo Raimundo Colombo, Silvio Dreveck, hoje, juntamente com os meus pares, perfazemos 20% do Parlamento, deputado Antônio Aguiar, de representantes da região sul de Santa Catarina, mas no tempo do ex-deputado e hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, Julio Garcia, e

também do ex-prefeito do município de Criciúma, Clésio Salvaro, chegamos a somar 25% de representantes da região sul. Como os dois deputados acima citados acabaram nos deixando, um indo para o Tribunal de Contas e para a Prefeitura de Criciúma, ficamos com apenas 20% de representantes do sul nesta Casa.

Realmente essa força é muito importante, mas de nada esse percentual valeria se não tivéssemos a consciência da sincronia da integração dentro de uma ação, amigo Cleiton Salvaro, meu primo, uma consciência suprapartidária quando algumas entidades organizadas de classe, deputado Neodi Saretta, elencam uma pauta de prioridades de obras estruturantes. E eu sempre digo que o embasamento precisa ser essencialmente técnico para que você possa cometer menos erro possível, mas a decisão é política. E manda quem tem voto. Essa é a grande verdade! Sempre foi assim.

Evidentemente que dentro de um trabalho de consciência, de humildade, de simplicidade, mostrando a veracidade dos fatos, a necessidade de investimentos em áreas com propósitos específicos. E foi nessa esteira que a classe política do sul passou a abraçar a bandeira em prol de uma causa comum.

Eu na tarde de ontem tive o privilégio, juntamente com os meus pares deputados, de participar, junto com o presidente da Casan, Valter Gallina; com o governador do estado e com o vice-governador, da assinatura do contrato no valor de R\$ 28 milhões para a implementação do saneamento básico no município de Forquilha.

Aliás, o estado está coroadado de êxito e é preciso que se faça justiça enaltecendo o trabalho do então secretário do ministério das Cidades, na área de saneamento, Leodegar Tiscoski, que consignou e lincou essa parceria junto com o governo do estado com financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, ao BNDES, ao banco Jica e ao próprio Banco do Brasil. São vários investimentos de organismos, de fomentos, mas que só foram possíveis graças à efetiva participação da gestão do estado de Santa Catarina, que deu condições de

lastro de segurança jurídica com capacidade e musculatura de investimento e de endividamento.

E apenas se consegue esse tipo de feito a partir do momento que se implementa uma gestão de eficiência otimizando custos, aumentando a capilaridade e a muscularidade por parte dos órgãos do governo. É uma monta de R\$ 1.700 bilhão investidos em saneamento, o que diferencia Santa Catarina dos demais estados da federação. O nosso estado representa 1,1% do território nacional, mas detém mais de 5,5% das exportações do país e 4,6% do PIB, graças à pujança, à determinação e à vocação do povo catarinense, característica peculiar da nossa gente.

Analisando atentamente os indexadores e números percebemos que o nosso estado tem uma excelência, comparado aos demais estados do Brasil, com relação à qualidade de vida, mas pecamos muito com relação ao saneamento. E a estatística da Associação Mundial de Saúde estabelece que para cada centavo, para R\$ 1,00 implementado no saneamento básico, representa uma economia de R\$ 4,00. Amigo deputado Romildo Titon, é uma escala de um para quatro. Saneamento básico é prevenção!

A expectativa de vida na época da fundação de Roma era 45 anos; na Etiópia, 15 anos, 18 anos; e nós chegamos há 56 anos e estamos hoje em 76 anos e dois meses a expectativa dos catarinenses, e com uma projeção crescente.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é da área da Saúde, um grande defensor da geriatria, do segmento geriátrico e que implantou os Jogos da Terceira Idade em nosso estado, do qual eu tive o privilégio de participar, que a cidade de Criciúma sediou nos dias próximos passados - diga-se de passagem, um ato de excelência -, sabe que a partir do momento em que se investe em saneamento o cidadão, numa projeção de longo a médio prazo, começa a sentir os reflexos no bolso, começa a ir menos nas farmácias, nos ambulatórios, nos prontos atendimentos, porque é justamente essa a questão da prevenção.

E eu digo sempre que um país por mais superpotente que possa ser no momento, apenas vai conseguir suprir uma demanda de doenças de alta complexidade se investir na prevenção, e isto já dizia a nossa amiga de saudosa memória, Zilda Arns, que fazia um trabalho de excelência na Pastoral da Criança, um trabalho simples, mas que salvou milhões de pessoas e que vem servindo de exemplo para muitos abnegados com espírito de voluntariado que se dedicam à causa dos menos favorecidos.

Por isso, quando vejo essa expectativa e a vertente do governo de estar atento a essa questão do saneamento básico, realmente sinto com convicção que estamos no caminho certo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre deputado, gostaria de parabenizar v.exa. pelo tema que traz, porque, sem dúvida nenhuma, o saneamento básico é um fator importante no estado de Santa Catarina hoje.

Estivemos sexta-feira em Barra do Sul com o governador do estado, onde foram investidos R\$ 38 milhões em saneamento básico. Barra do Sul será a terceira cidade de Santa Catarina em saneamento básico, com 75% do saneamento básico na cidade. Em Canoinhas também temos aplicação de R\$ 20 milhões em saneamento básico e agora mais R\$ 10 milhões para a ETA - Estação de Tratamento de Água.

Isso faz com que Santa Catarina seja um estado que está avançando muito nesta área. E tudo porque foi houve um planejamento anterior. Vários bancos e entidades de financiamento foram acionados. O Japão, a França e outros países estão fazendo esse financiamento, que tem retorno garantido em vários aspectos.

Quero parabenizar v.exa. por trazer este assunto da saúde e pelos 4% que citou.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço o aparte de v.exa.

Alias, a OIE - Organização Mundial Epizootias -, vai estabelecer regras cada vez mais contundentes, desde a questão do agronegócio ou qualquer produto industrializado, que perderá o selo de exportação se não der um destino aos dejetos animais, humanos ou qualquer tipo de lixo.

Por esta razão este é um segmento que a sociedade precisa perseguir sempre. Aliás, a Bíblia já mostra que a expectativa de vida para o ser humano é de 130 anos. E nós não chegamos lá justamente pela falta de prevenção. Essa é a grande verdade! Por isso, a expectativa de vida, na medida em que se investe em saneamento, em prevenção, em saúde, vai aumentando cada vez mais.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PMDB.

Não havendo oradores do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vou usar o horário do nosso partido, com permissão do nosso líder, e até avançar um pouco mais sobre o que falou o deputado Valmir Comin, quando disse que o tempo médio de vida dos catarinenses é de 76 anos, mas temos dados da ONU que dizem que já estamos com o tempo médio de vida de 78.1.

Então, faço questão de no horário dos partidos ler um expediente que recebemos do governador Raimundo Colombo, que todos os deputados devem ter recebido, relatando muitos avanços do estado de Santa Catarina. É visível hoje a disparidade da qualidade de vida, do desenvolvimento, da economia, das questões do nosso estado, se compararmos com os demais estados da União.

Nós que já fomos o primo ou o filho pobre da região sul, se compararmos com o Rio Grande do Sul

ou com o Paraná, temos uma situação bem privilegiada economicamente e socialmente, nas áreas da Saúde e da Educação.

O expediente do governador Raimundo Colombo diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A organização das Nações Unidas - ONU - reconheceu os avanços de Santa Catarina nos últimos anos. E foram muitos avanços.

A mortalidade infantil, que em 1990 era de 33,6% para cada 1.000 nascidos vivos, hoje é de 10,8%. Esse é um índice que particularmente me deixa muito feliz. No Brasil estamos em primeiro lugar.

A ONU também nos revela que o índice de pobreza extrema no Brasil passou de 25% em 1990 para 3,5% em 2012. Em Santa Catarina, o mesmo indicador caiu de 15,4% para 1,1% no período.

Na educação, Santa Catarina deu um salto nos últimos 25 anos. Temos aqui a maior taxa de alfabetização entre sete e 14 anos. Avançamos na escolarização dos jovens de 15 a 17 anos e somos os primeiros entre aqueles de 15 a 24 anos.

Esses dados mostram a força do povo catarinense, a qualidade de vida da nossa gente e a energia da nossa sociedade.

Santa Catarina cresceu muito e todos esses avanços destacam nosso estado, não apenas dentro do padrão brasileiro, mas internacionalmente.

Na economia os números são ótimos. Crescemos acima da média nacional. Temos a maior geração de empregos do país e quarta maior renda *per capita* do Brasil é nossa.

Somos o maior produtor nacional de carne suína, ostras, pescados, cebola. O segundo maior produtor de aves, arroz, fumo, maçã. Nossa indústria é referência para o país.

Na segurança, temos a menor taxa de homicídios entre todos os estados, embora o desafio seja diário. Temos o maior número de presos trabalhando e aprendendo uma profissão. Esse é, de novo, o maior índice do Brasil!

Além da mortalidade infantil, também somos os primeiros na expectativa de vida. Aqui no nosso

estado, vive-se, em média, 78,1 anos. Também somos primeiro lugar em transplante de órgãos. Isso pela 7ª vez consecutiva.

E é aqui também, em Santa Catarina, que temos o município mais igualitário do Brasil: Pomerode. Este município concentra os melhores índices na distribuição de renda, emprego, escolaridade e segurança.

Essa não é uma vitória deste ou daquele governo. Não é uma vitória nem mesmo de uma ou outra ação, obra, investimento. Essa é uma vitória do povo catarinense, uma vitória de gerações.

Todos, cada um a sua maneira, contribuíram para construir a Santa Catarina que a ONU diz ser um dos melhores estados para se viver. Os empreendedores, a gente trabalhadora, os administradores públicos e privados, os que ensinam e os que aprendem, sem exceção. Essa é uma obra de todos.

Por isso, quero, na qualidade de governador do estado, além de dividir esse momento, convidar você para escrever a história. Se vivemos agora o resultado do trabalho de gerações, temos que começar desde já a preparar o futuro.

Somos um povo capaz e visionário. Precisamos compartilhar o que a ONU diz do nosso estado e ouvir o que as pessoas esperam do amanhã. Trabalhando com afinco, visão de futuro e pensando no bem, poderemos nos orgulhar de ter escrito a história que nossos filhos e netos vão contar.

Atenciosamente,

João Raimundo Colombo

Governador do Estado.”[sic]

Então, esse é o expediente que o governador encaminhou aos deputados.

Nós temos, sim, muitos motivos para destacar o povo, a gente catarinense, a nossa força e a nossa qualidade de vida. Temos problemas temos, vamos ter é do ser humano. Mas temos, sim, o melhor estado neste país para se viver, a melhor e maior expectativa de vida, e com mais avanços, com a saúde, levando o tratamento do câncer, a Oncologia, a todas as regiões de Santa Catarina, fazendo um trabalho preventivo, cuidando das

nossas crianças, vamos, sim, ter cada vez mais o melhor estado para se viver, com a melhor qualidade de vida. E esta nossa média de 78,1 anos, claro, pode chegar a 80, 85 anos, e queremos Deus que um dia chegue aos 100 anos.

Então, é importante ressaltar esses avanços, dificuldades existem, mas temos que saber enfrentá-las e não esquecer de pensar no futuro planejando e trabalhando. Criticar é bom, mas fazer acontecer é melhor. A crítica tem que ser positiva a fim de buscar soluções para fazer de Santa Catarina cada vez mais um estado melhor para se viver.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Quero usar este espaço para tecer alguns comentários sobre a questão do veto da presidente a um projeto relacionado às aposentadorias dos brasileiros e das brasileiras, embora reconheça que partindo da fórmula 85/95 seja positiva, e destaco isso, mas não posso deixar de lamentar o veto da presidente.

Há anos que já se estuda e se fala que o fator previdenciário instituído na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi um fator perverso para os trabalhadores brasileiros. A perda em muitos casos, em quase 50% da aposentadoria, já é pequena, porque se calcula através de uma média perversa para quem busca ter um benefício depois de longos anos de trabalho.

Portanto, há muito tempo vinha-se falando em extinguir o fator previdenciário e o próprio governo havia sinalizado isso. Houve, inclusive, uma época em que o presidente Lula fez uma

conversação com as centrais sindicais da instituição do fator 85/95, havendo resistência das entidades de aposentados e que acabou não sendo levado adiante.

Havia sido aprovado isso, tanto pela Câmara dos Deputados como pelo Senado Federal, e havia uma expectativa de que não fosse vetado, dizem as matérias veiculadas de que até a própria presidente Dilma Rousseff não queria vetar. Então não vetasse!

Acho que agora o Congresso Nacional vai ter que debruçar sobre essas medidas porque há duas ações a fazer: uma é derrubar o veto, e a outra é trabalhar. Se em 2060, 2080, como dizem os estudos, a fórmula 85/95 for inviável, então se mude a ano 2060 para 2070, não para 2017, porque na progressividade mandada esse fator 85/95 vale apenas para um ano e meio ou menos, porque a partir de 1º de janeiro de 2007 a fórmula já não é 85/95, é 86/96.

Então, esse escalonamento, esse pressuposto do 85/95, como dizem que lá em 2080, 2070, será inviável, ele valerá apenas por um ano. Então, que escalonamento é esse?

Eu quero fazer estas manifestações, dizer que lamento o veto da presidente. Nós somos defensores dos trabalhadores, somos defensores de que as aposentadorias sejam justas, dignas, e nós não podemos concordar com isso.

Havia toda uma expectativa, inclusive na campanha eleitoral, de que seria revisto o fator, mas rever para fazer um escalonamento que daqui a pouco será pior que o fator previdenciário - porque eu repito, 85/95 que é uma boa fórmula -, melhor ela não ter fórmula nenhuma e, tendo acabado o tempo de serviço, faz-se a aposentadoria.

Mas dizem os cálculos, também temos que levar em conta que é preciso ter algum limite, então aplique-se a fórmula 85/95 de uma forma permanente ou pelo menos em um escalonamento razoável para chegar neste período, que dizem os técnicos, 2070, 2080, nesse escalonamento.

Mas manter por apenas um ano e meio é praticamente um subterfúgio e, portanto, espero que no Congresso Nacional, com certeza, nós tenhamos alterações dessa medida para que ela possa ser contemplada. Se não a derrubada total do veto, que seria o ideal, já estava resolvido, se for para fazer escalonamento, que se faça o escalonamento diferente.

Então, eu queria fazer este registro para o bem daquilo que nós temos defendido ao longo da nossa vida, além daquilo que nós sempre defendemos, quero dizer que não posso concordar com o veto da presidente.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Efetivamente, o assunto já foi debatido nesta Casa e fomos também tomados de surpresa pelo veto da presidente, tendo em vista que era um dos discursos, não só de campanha, mas um direcionamento no sentido de que o fator previdenciário acabasse. E como v.exa. muito bem colocou, não deveria haver fórmula nenhuma, bastava pagar e receber pela aposentadoria, de acordo com a sua contribuição.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Bloco Frente Renovação - PSB, PR, PPS -, que fará permuta com o PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bom dia, sr. presidente, srs. deputados, principalmente aos deputados Dalmo Claro, Neodi Saretta, Valmir Comin, Ricardo Guidi, Cleiton Salvaro, representantes da bancada do sul, uma vez que o assunto que me traz a esta tribuna é muito importante à nossa região.

(Passa a ler.)

"Um dos pilares fundamentais de uma boa família, de uma boa construção profissional, sem sombra de dúvida, é a educação de qualidade.

Por isso, venho até esta tribuna, no dia de hoje, registrar a importância da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - a Unesc -, que vai completar, na segunda-feira, dia 22 de junho, 47 anos da sua fundação.

Eu gostaria de fazer, neste momento, um breve relato da sua atuação no sul de Santa Catarina e na comunidade.

A Unesc é comunitária e atende mais de 15 mil pessoas que buscam se aprofundar em estudos e crescer profissionalmente.

Na abrangência dos seus colaboradores, funcionários, são mais de 1.300 profissionais, técnicos administrativos, que garantem o funcionamento da Unesc, além dos pais, visitantes e a comunidade em geral, que utilizam os serviços que a universidade oferece gratuitamente.

Por ano, mais de 120 mil pessoas são atendidas nas clínicas integradas, com serviços de medicina, odontologia, fisioterapia, psicologia, farmácia, nutrição e enfermagem, sem contar as pessoas beneficiadas pelas Casas da Cidadania, em Criciúma, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, entre outras parcerias que a universidade estabelece com entes, principalmente com a Justiça Federal.

Há um envolvimento dos alunos com ensino, pesquisa e extensão, por meio do atendimento à comunidade. Uma forma exitosa de colocar o aluno que está na sala de aula em convivência com a prática do seu curso e com os laboratórios de pesquisa de última geração.

Oficialmente, a Unesc é uma instituição comunitária de educação superior, conforme portaria n. 635 do ministério da Educação, publicada em outubro de 2014, em reconhecimento pelos anos de trabalho voltados ao ensino, pesquisa e extensão, e ao comprometimento da universidade com toda a região.

No *ranking* universitário da Folha, a Unesc é a melhor universidade catarinense não estatal no quesito pesquisa.

E no Brasil ela está entre as 100 melhores instituições, quando o assunto é pesquisa, inovação e internacionalização."

Convido todos para assistir um breve vídeo sobre a Unesc.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Continua lendo.)

"Essa é a Unesc em seus 47 anos de história em Santa Catarina. Parabéns a todos. Em nome do reitor Gildo Volpato cumprimento todos os profissionais que lá labutam, os alunos e a comunidade envolvida. O seu trabalho também reforça o nosso compromisso na vida pública de gostar e fomentar projetos que vão ao encontro a uma base educacional mais sólida, fortalecida e que ofereçam melhores condições de aprendizado a todos os alunos a região sul."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de parabenizar o deputado Luiz Fernando Vampiro pelo tema ora levantado, pois a Unesc é uma instituição criada por lei municipal, que se tornou, a exemplo da Unisul e de todo o sistema Acafe, referência não apenas no sul mas no Brasil. Aliás, além da sua pujança gradativa e planejada, ela abriu com certeza uma vertente social de interação com as comunidades, participando e se inserindo em vários contextos e temas estruturantes, sociais, ambientais e econômicos. Então, na essência ela vive a comunidade. A comunidade interage com a universidade. Assim, parabênizo v.exa. pela justa homenagem que aqui procede.

Aliás, nesta esteira, ontem fui procurado por um reitor vinculado ao Sistema Acafe. Existe um tema pertinente e atual, que está relacionado à questão do art. 170, e tive o privilégio, 17 anos atrás, de percorrer o estado, com a comissão de Educação na ocasião, para buscar um encaminhamento

e promover o menor grau de injustiça possível com os alunos carentes de todo o estado.

E, naquele momento, a saída que encontramos foi constituir uma comissão no sistema acadêmico com a participação de pais, alunos, representantes das escolas e um representante do Ministério Pública, e inclusive com um disque-denúncia para o caso de alguém que se sentir prejudicado ter o direito de fazer a reclamação, e essa comissão poder fazer uma averiguação e constatar se houve má-fé e restabelecer a ordem.

Lembro muito bem que a arrecadação do estado no meu primeiro mandato, e estou no quinto mandato, era de R\$ 167 milhões por mês. E, na ocasião, lá em 2000, a dívida era de R\$ 1,6 bilhão, mas mesmo assim foram implementadas todas essas ações e promovemos, através do governo do estado, que repassava recursos ao sistema acadêmico, ao sistema vinculado à Acafe, aproximadamente a monta de subsídio para atender 24, 25 mil alunos.

No entanto, os tempos se passaram e a arrecadação do estado chegou a R\$ 1,5 bilhão. Olhem a pujança deste estado. Porém, permaneceu esse indexador. E tem alguns projetos que estão tramitando nesta Casa e que serão alvo de debate. E precisaremos mergulhar na essência desse debate, porque isso faz diferença diretamente na vida do acadêmico carente que, muitas vezes, inicia a sua faculdade e desiste por falta de subsídios que lhe garanta buscar um destino adequado a sua vida.

E a discussão que está em tela é de que se deve abrir esse percentual para as universidades privadas. Eu, particularmente, entendo que o aluno carente, independentemente de estar na instituição criada por lei municipal ou dentro de uma entidade privada, deve ser atendido e tem que ser dada a prerrogativa para que ele faça a sua escolha, porque nessa esteira vai-se promover uma concorrência de excelência, oportunizando condições às universidades criarem mais atrativos e conteúdos para competir no mercado.

Portanto, alguns falam que temos que pegar esse valor e dividir com as universidades

privadas, mas parto do princípio do raciocínio de que precisamos construir, e o que está sedimentado permanece. Agora, se a arrecadação era de R\$ 167 milhões e foi para R\$ 1,5 bilhão, é porque tem alguma coisa errada. Então, o que é que nós precisamos? Precisamos avançar, nos unir com o sistema acadêmico, com as universidades criadas por lei municipal e também com as universidades privadas e chamar a responsabilidade o governo, através da secretaria de estado da Educação e a da Fazenda, para que possamos promover o incremento nessa questão, senão proporcionalmente ao crescimento, mas pelo menos um percentual que possa com certeza suprir essa demanda reprimida que nós temos em todo o estado de Santa Catarina.

No Sistema Acafe são mais de 170 mil alunos e, no entanto, nas universidades privadas mais 130 mil. Nós temos 300 mil alunos no sistema acadêmico do estado, porém 23, 24, 25 mil, tão somente, estão sendo atendidos. Portanto, esse é o viés, essa é a vertente que temos que nos ater. Esse é o encaminhamento, e precisamos chamar a responsabilidade o governo para promover uma ação, talvez fazendo o cumprimento da lei, que são os 5%, mas acredito que estamos em 2% a 2,5% hoje. Ou seja, se nós tão somente dobrássemos essa questão já levaríamos isso para 50 a 60 mil alunos, no entanto, a projeção de crescimento está muito distante, há um disparate correlacionado aos parâmetros, aos indexadores iniciais para os quais foi criado o art. 170.

Por isso, vejo que esse debate *caliente* vai ferver aqui neste Parlamento. Nós precisamos discutir na essência, através das comissões temáticas, nas audiências públicas, e chamar a responsabilidade o governo para que possamos promover e estartar esse processo, fazendo com que haja o cumprimento da legislação, porque assim poderemos chegar talvez a 80 ou 100 mil alunos sendo subsidiados pelo art. 170 e o 171 no estado de Santa Catarina, e isso vai representar um reflexo de médio e longo prazo sem precedentes e oportunizar conhecimento. Quantos e quantos milhares de alunos iniciam a faculdade e param no

segundo ou terceiro mês porque não conseguem comer, estudar e comprar suas roupas? Essa é a grande verdade. E é um dever e uma obrigação do governo. Trata-se de um princípio básico da Constituição o direito de igualdade. Não é verdade?

Precisamos ser racionais, coerentes, agir na razoabilidade, mas não podemos nos omitir e virar as costas a uma demanda reprimida significativa da sociedade que está nos mesmos parâmetros de 2000/2001. Nós estamos em 2015 e nada nessa esteira foi promovido.

Eu, particularmente, até agora não senti nenhum tipo de movimentação, qualquer, que seja por parte do governo.

Por essa razão, faço aqui uma crítica construtiva e propositiva, não com o intuito de fazer um confronto entre as universidades criadas pelo poder municipal e também as universidades privadas, muito pelo contrário, precisamos avançar porque o orçamento está aí, ele cresceu graças à pujança, ao sacrifício e ao suor dos catarinenses que são os pagadores de impostos.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Deputado Valmir Comin, quero lhe cumprimentar pelo seu pronunciamento. Pode contar com esse deputado nessa caminhada com toda certeza.

Tenho acompanhado a vida dessas universidades que, diga-se de passagem, que vêm suprir uma necessidade que deveria ser do estado, quer seja da União ou do estado de Santa Catarina, e quando o ensino público universitário não tem condições de ir ao município de Videira, que é o caso da nossa Unoesc, ela teve que ser instalada para atender os alunos daquela região.

Estão, está-se cometendo, efetivamente, uma grande injustiça. Por que uns estudam de graça e outros têm que pagar se estamos vivendo no mesmo país, no mesmo estado?

Precisamos colocar, efetivamente, a mão na ferida. Oxalá, deputado Mario Marcondes,

consigamos fazer com que os demais pares desta Casa possam discutir mais esse tema que precisa ser revisto imediatamente.

Parabéns e pode contar com a adesão deste deputado. Essas universidades são verdadeiros centros de inteligência e suprem uma necessidade que não foi suprida por quem devia de direito, que é o estado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Natalino Lázare.

Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Não queremos dividir, precisamos somar. Evidentemente, o que já está estabelecido e consolidado pode ficar no mesmo parâmetro, mas precisamos avançar e trazer critérios com propósitos bem definidos para que possamos abrigar as universidades privadas. Aliás, se tínhamos uma receita de R\$ 167 milhões e cruzamos R\$ 1,5 bilhão, não é justo que permaneçamos nesse parâmetro.

Por isso, vamos adotar essa postura, essa bandeira e conto com os meus nobres pares deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Parabenizo-o e quero dizer que v.exa. sabe que tramitam alguns projetos nesta Casa, o art. 170 e 171.

O pronunciamento do deputado Natalino Lázare, meu colega, companheiro de bancada, foi perfeito. É exatamente isso, estamos todos no mesmo Brasil! Temos que valorizar, por exemplo, as universidades vinculadas à Ampesc, porque elas estão cumprindo o papel que deve ser cumprido pelo estado.

E para minha tristeza e surpresa, alguns pares desta Casa, parece-me, não estão entendendo a urgência e a emergência, inclusive nas comissões, emitindo pareceres contrários, inclusive ao art. 170, que foi um projeto de lei de autoria deste deputado pedindo que seja destinado 5% deste artigo, que é hoje vinculado ao Sistema Acafe, para as universidades municipais. Hoje, para São

José e Palhoça, mas certamente será um incentivo para outras faculdades serem abertas também.

Então, esperamos realmente que todos estejam imbuídos desse propósito de que a Educação dará o sustentáculo para que tenhamos bons cidadãos no futuro.

Não há mais oradores inscritos no horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei: 0088/2015 e 0194/2008.

Também comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0655/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0092/2015, 0093/2015, 0094/2015, 0098/2015, 0109/2015, 0111/2015, 0112/2015, 0116/2015, 0117/2015, 0122/2015, 0123/2015, 0131/2015 e 0402/2014.

Também comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0547/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0215/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0609/2015 e 0610/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0611/2015 e 0612/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0613/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0614/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0615/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0616/2015 e 0617/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações

n.s: 0468/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0469/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; e 0470/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para terça-feira, às 19h, em homenagem aos 50 anos do Curso de Direito da Univali de Itajáí.

Está encerrada a presente sessão.